

A QUESTÃO NEGRA NO BRASIL: DORES INDESEJÁVEIS

Severino Lepê Correia¹

O estudo sobre o problema das injustiças sofridas pelos afro-brasileiros, só a partir da década de 1990, do século passado, ganhou um pouco mais de visibilidade nas pesquisas histórico-científicas e nos relatórios da educação.

Tal fato deveu-se à pressão dos movimentos negros e das organizações que se ocupam com os problemas dos Direitos Humanos, na tentativa de atenuar o sofrimento dos injustiçados e humilhados, principalmente pelo conceito “racista” de raça. *“Isto porque o conceito ou a noção ideológica tem por eficácia realizar a censura, isto é, não permitir, através do recalque a percepção de verdades que possam causar distúrbios ou dores indesejáveis”*². (p. 17).

Qualquer sociedade contemporânea possui, logicamente, numa maior ou menor escala, uma estrutura educacional comprometida com um aparelho ideológico. Quanto maior esse comprometimento, mais a estrutura social se empenha em dificultar às classes dominadas a identificação das contradições e das possibilidades de superação das mesmas em seus diversos níveis, seja político, econômico e principalmente educacional. Uma vez que a escola como instituição, numa considerável medida, atua como aparelho de reprodução da sociedade, reforça ideologias e fortalece regimes, agindo como caixa de ressonância do Estado, usando uma repressão mais sutil e elegante para descaracterizar cosmovisões que não se coadunem com os interesses que ela estiver a serviço.

Desde a formação de nosso povo, os descendentes afros sobrevivem injustiçados cultural e humanamente, uma vez que lhes são fechadas as portas da formação de suas identidades, quando as alternativas que lhes são oferecidas se adequam apenas aos interesses funcionais dos grupos dominantes. Assim sendo, o problema da transmissão ideológica dominante tem como canais, a partir da escola, os “mestres” e os textos didáticos. Isto

*é grave se levarmos em conta a postura acrítica dos receptores das mensagens veiculadas, principalmente se estão no período entre sete a dez anos de idade, aproximadamente, visto que este corresponde ao de desenvolvimento cognitivo e afetivo, atingindo dimensões individuais e sociais*³. (p. 76)

Crianças nessa idade ainda não alcançaram discernimento suficiente para fazerem escolhas que facilitem a adoção ou não de ideologias. *“Suas opções pessoais, valores, conceitos e visões de mundo, são ainda determinadas quase que inteiramente pelas*

¹ Psicólogo, Professor, pós-graduado em História e mestrando em Teoria Literária, Pesquisador das tradições e Religiosidades Africanas.

² LUZ, Marco Aurélio, Paraguaçu-Caramuru: Diversidade e Conflitos de Civilização. *Sementes: Cadernos de Pesquisa*, Salvador, v.5 n.7 jan/dez. 2004, p. 17

³ CORREIA, Severino Lepê, O Contexto Educacional e sua Natureza Seletiva e Discriminatória, in-QUINTAS, Fátima (org) *O Negro: Identidade e Cidadania*, Recife, Fundaj, 1995. p. 76-77

mensagens que lhes são destinadas e conseqüentemente impostas pelos adultos”⁴. Logo, os conteúdos dos textos didáticos e as atitudes de seus professores, moldam incomensuravelmente suas personalidades.

A estrutura social brasileira tem através de um discurso “democrático” e um comportamento autoritário e “racializado”, estabelecido mecanismos neutralizadores da consciência étnica do afro-descendente, legitimado pelo sistema escolar, a partir da negação ou supressão de referências positivas ou relevantes sobre a África e/ou suas contribuições civilizatórias. Esses desserviços agem como instrumentos sutis de repressão psicológica com tal poder, que têm levado os próprios negros a colaborarem com o abandono e descaracterização de suas origens, ao assimilarem padrões eurocêtricos. Ao se depararem com a ausência de referencial que facilitem sua auto-identificação, fatalmente se refugiam na auto-rejeição, mecanismo que na criança ajuda o crescimento da angústia e problemas escolares como, dispersão, hiperatividade e outros distúrbios e no geral, o crescimento do conflito psíquico, autodestruição, e no geral, o aumento da violência.

Resta-nos perguntar: vítima de uma identidade agonizante, de uma auto-imagem cruel e persecutória que ser humano poderá ter uma socialização saudável? Que criança poderá ter uma vida escolar com bom desempenho de aprendizagem? Certamente a resposta será: nenhum e/ou nenhuma.

Diante de tudo isso tornam-se imperiosos a construção de um compromisso e uma educação que permitam aos afrodescendentes, principalmente aos mais novos encontrarem referências que lhes permitam um encontro com feições mais adequadas e mais compatíveis com o investimento erótico de seus corpos e de seus pensamentos; que não os obriguem a internalizar compulsória e brutalmente um ideal de ego que não lhes pertençam, projetos de sujeitos que não os identifiquem enquanto pessoas, por serem incompatíveis, biologicamente, com as propriedades de seus corpos.

Que possamos construir um instrumento educativo que promova, urgentemente, a transformação histórica, social e psíquica do negro brasileiro. Segundo Abdias do Nascimento cuidar do povo negro no Brasil é uma questão de segurança nacional. Se por esta declaração o tiveram como um louco, ele já não é mais um solitário: agora somos dois.

INTRODUZINDO O COMPONENTE GÊNERO A QUESTÃO RACIAL

Maria de Jesus Moura⁵

Em novembro do ano passado fomos surpreendidos com uma manchete publicada que esteve presente nos principais jornais e revistas brasileiras. Uma adolescente de 15 anos ficou presa numa cela com 20 homens por 26 dias. Aqui não nos cabe julgar os motivos pelos quais esta garota foi presa, mas certamente, é no mínimo importante, que façamos uma reflexão: quem foi negligentemente deixada numa cela com 20 homens?

Diante desse fato, nos colocamos frente a institucionalização da violação de direitos e do corpo de uma adolescente: pobre, negra e sem voz. Porém, mais estarecidos e estarecidas ficamos ante o depoimento dos que defendem os direitos das pessoas, a exemplo o delegado geral da Polícia do Estado do Pará, Raimundo

⁴ Idem.

⁵ Mestranda em Psicologia Social/UFPE e Membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

Benassuly, ao dizer publicamente *“Essa menina tem, com certeza, alguma, debilidade mental, porque em nem um momento ela manifestou sua menoridade”*⁶. Do outro lado a adolescente em entrevista diz: *“Eles me castigavam quando eu não fazia o que eles queriam”*⁷. Isso evidencia a brutalidade do descaso. A garota mostra as marcas do sujeito invisibilizado: queimaduras na sola dos pés, e hematomas por todo o corpo em consequência das surras com pau de vassoura, e os cabelos cortados à faca, bem curtos, para ser confundida com os agressores.

O Conselho Tutelar só atuou após receber uma denúncia anônima. Ao tomar conhecimento do fato, o Presidente Lula, imediatamente pediu para que os fatos fossem apurados e os responsáveis punidos no rigor da lei. A deputada Federal do Amapá Janete Capiberibe indignada com o caso publica a matéria *“Uma brasileira: mulher, negra e pobre”*⁸ que denuncia mais uma situação de preconceito contra os excluídos e afirma *“...é emblemático, pois trata-se de uma mulher negra, pobre e menor de idade, categorias sociais sistematicamente discriminadas e maltratadas no nosso país”*⁹.

Quando ativistas do Movimento Negro e dos Direitos Humanos, reivindicam e gritam por direitos, não estão falando de nenhum planeta distante, um lugar diferente deste, mas, do lugar em que pessoas que deveriam ser tratadas como cidadãos e cidadãs, são invisibilizadas tanto por pessoas comuns, quanto por representantes do poder público e consequentemente pela justiça, que deveria fazer cumprir a lei a qualquer custo.

Dados estatísticos¹⁰ apontam para a situação de vulnerabilidade em que vive a mulher negra. 85% delas encontram-se abaixo da linha de pobreza; a taxa de analfabetismo é duas vezes maior que a das mulheres brancas, há menor acesso aos serviços de saúde de boa qualidade; em relação às mulheres brancas apresentam maior risco de contrair e morrer de determinadas doenças. Ainda segundo estes dados, 50% das mulheres de baixa renda não têm acesso ao pré-natal, a situação da mulher negra é apontada como a mais agravante por estar nas faixas de renda ainda mais baixas.

Maria José de Oliveira Araújo, médica e fundadora do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde de São Paulo, diz que *“discutir a especificidade da saúde da população negra, e das mulheres negras em particular, pressupõe não apenas uma análise socioeconômica, mas também o repensar a ciência enquanto produtora e detentora do conhecimento.”*¹¹

Os dados só confirmam que a discriminação racial sofrida pela mulher negra agrava aspectos de sua saúde. Vale lembrar que os danos causados por essa exposição constante à situação de violência racial, comprometem a saúde física e mental das mulheres e meninas negras.

*“A violência contra as mulheres é agravada por algumas condições, como classe social, etnia e orientação sexual. Assim, as mulheres trabalhadoras negras e as lésbicas, bissexuais ou transexuais sofrem duplamente. Nestes casos, somam-se ao machismo outras formas de violência, como exclusão socioeconômica, o racismo e a homofobia”*¹².

⁶ “Delegado ataca menina presa com homens; A débil”. Matéria da Folha de São Paulo em 28/11/2007.

⁷ Sinopse da imprensa: Menina presa com homens no Pará diz que era castigada. Matéria da Folha de São Paulo em 25/11/2007.

⁸ Matéria publicada no site da Câmara – Fala com o Deputado

⁹ Idem.

¹⁰ Dados encontrados no Jornal da Rede Feminista de Saúde - nº 23 - Março 2001 e no Artigo publicado no site Antroposmoderno : Reflexões sobre a saúde da Mulher Negra e o Movimento Feminista.

¹¹ Idem.

¹² Artigo Violência contra a mulher: tolerância nenhuma, publicado num panfleto disponível no site do PSOL: www.psolsp.org/panfleto.pdf

Parece-nos, inegável a relevância da dimensão racial na questão da violência contra a mulher. Rebeca Duarte, advogada e articuladora política do Observatório Negro¹³, fala dessa falsa dicotomia entre o público e o privado como uma herança “coronelista” de relação de poder patriarcal e racista, que se origina no âmbito do privado¹⁴. Para ela, na verdade, se ergue um muro imaginário entre o público e o privado como forma de manter a violência doméstica.

“... é a garantia para o confinamento da mulher e da menina e, em especial, a mulher e menina negras, num suposto espaço privado em que são invisibilizadas a violência, a exploração da força de trabalho feminina e negra e a exploração sexual.”¹⁵

Grande parte dessas mulheres estão trabalhando como empregadas domésticas e sendo sequestradas pelos patrões ou servindo de iniciação sexual para os filhos destes. Ainda se repete no espaço que se chamaria de “privado”, uma prática perversa tal como acontecia no período colonial e não muito diferente do que aconteceu na cela da delegacia em Abaetetuba.

A violência doméstica contra a mulher negra, portanto é o produto das relações de poder do patriarcalismo, do racismo e das oligarquias. E, como produto das mesmas, apresenta diversas manifestações¹⁶.

O caso da adolescente nos parece ser nada mais do que uma dessas manifestações. A cadeia pública se apresenta semelhante ao espaço do lar, que como diz o dito popular “ninguém deve meter a colher”. E assim as diversas autoridades se portaram. Tomaram conhecimento do fato e nada fizeram. Chama-nos também a atenção o fato da pouca referência à questão racial no incidente absurdo com a jovem do Pará.

Diante da relevância desse assunto, torna-se pertinente a pergunta: por que os documentos que orientam a institucionalização de aparelhos do estado para coibir a violência contra a mulher não evidenciam a questão racial? Lembramos que o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha não oferecem propostas pra lidar com essa demanda real e freqüente na vida das Mulheres Negras.

Indubitavelmente cabe uma reflexão sobre a ausência de qualquer dispositivo que especifique a violência sofrida por essas mulheres. Contudo, não se pode negar ante as evidências, as conseqüências psíquicas frente a vivências tão cruéis. A adolescente de Belém, como tantas outras mulheres negras, pode ter se perguntado, por que isso aconteceu comigo? Por que comigo? Em situações de violência doméstica e sexista, nos deparamos com estes mesmos questionamentos.

Ao situar o campo de estudo os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, buscamos entender que no bojo de uma relação de violências, a violência racial pode estar contida. Durante o diálogo que se seguiu a apresentação, uma psicóloga afirmou que psicólogos e psicólogas que trabalham num serviço de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e sexista não têm como foco a violência racial. Imediatamente nos veio à lembrança de um fato muito comum no relato de mulheres que vivem em situação de violência e que demonstram preocupação com os filhos, que na maioria das vezes são alvo da violência do Pai. Sabemos que neste caso, o foco não é violência contra criança, mas facilmente os/as profissionais acionam o Conselho Tutelar para que sejam tomadas as providências necessárias.

¹³ Observatório Negro é uma organização do Movimento Negro de Pernambuco.

¹⁴ Artigo publicado no site Edital : notícias da América Latina e Caribe em 02/05/2005

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

Então, por que não procedem desta forma em relação à demanda dos casos de violência racial?

A implantação de Políticas Públicas para mulheres é considerado um avanço político e diz respeito à história de embates havidos no interior da organização política das mulheres brasileiras e à trajetória do pensamento feminista no Brasil. Contudo, nos anos 80, as agendas de debates dos grupos de mulheres e feministas do Brasil contemplavam uma extensa lista de temas de tamanha relevância. Para tanto, foi discutido sobre a criação de mecanismos institucionais (conselhos, delegacias da mulher, centros de referência e abrigos destinados às mulheres vítimas de violência entre outras ações) para atender ao volume de casos de violência contra a mulher que as notificações da Secretaria de Segurança Pública são insuficientes no registrar desta realidade.

Contemplando as especificidades das violências da desigualdade social em que está submetida à mulher negra, foi uma luta dos grupos de mulheres negras em manter permanente nas agendas do movimento de mulheres e feministas. Algumas vitórias nesse processo fortaleceram a luta do movimento de mulheres no Brasil: mudança na legislação, adesão aos tratados e convenções nacionais de defesa dos direitos humanos das mulheres e o reconhecimento da violência contra a mulher como um problema de saúde pública.

Ao se tornar signatário destes acordos, o Brasil se compromete internacionalmente na implementação de ações de combate a violência de gênero.

Segundo Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher - 1993, a violência contra a mulher é definida como *“qualquer ato de violência com base no gênero, sexo, que resulta em ou que é provável resultar em dano físico, sexual, mental ou sofrimento para a mulher, incluindo ameaças de tais atos, coerção, ou privação arbitrária de liberdade, ocorrida em público ou na vida particular”*.

A pressão do movimento de mulheres e feministas no Brasil para a implantação de políticas públicas para prevenção e atendimento às Mulheres vítimas de violência doméstica¹⁷, resultou na efetivação de algumas ações: a criação de Centros de Referências da Mulher, todos contando com atendimento psicológico, social e jurídico; foram também criadas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), algumas com o setor de psicologia implantado e mais recentemente com a Lei Maria da Penha, a implantação de Juizados para atender casos de violência contra a mulher, também contam com atendimento psicológico.

Almeida (2003) estudando as vítimas no âmbito das relações de gênero, classe etnia, com a violência, levanta a hipótese de que *“...quanto mais submetidas a esse conjunto de desigualdades, maior a probabilidade de as mulheres se tornarem vulneráveis para a preservação da sua integridade física e emocional.”*(p.28)

Um desafio para a prática psicologia, construir uma escuta/atenção, a partir dos três aspectos fundamentais raça, classe e gênero e que considere todas estas possibilidades e que compreenda todas estas necessidades.

¹⁷ Uma das pautas de luta do Movimento de Mulheres.